

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

CAMPUS SÃO PAULO

JANIO GOMES DA SILVA

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DO
NEOLIBERALISMO

SÃO PAULO

2016

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

CAMPUS SÃO PAULO

JANIO GOMES DA SILVA

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DO
NEOLIBERALISMO

Monografia de conclusão da pós-graduação em Especialização
Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação
Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Professor (a) orientador (a): Dr. Flávio Rovani de Andrade.

SÃO PAULO

2016

JANIO GOMES DA SILVA

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DO
NEOLIBERALISMO

Relatório final, apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr. Flávio Rovani de Andrade- Orientador- (IFSP São Paulo)

Profº Dr Luís Fernando de Freitas Camargo- (IFSP São Paulo)

São Paulo

2016

RESUMO

Esta monografia tratará dos principais atributos do Neoliberalismo e destacará como tais características influenciam as políticas adotadas para a educação. Deste modo, buscar-se-á estabelecer o vínculo existente entre as necessidades do sistema econômico e a adequação dos currículos escolares.

A partir dos princípios do liberalismo clássico e do neoliberalismo, apresentaremos alguns pensadores que foram responsáveis pela construção dos princípios da economia neoliberal vigente. Assim, veremos como John Locke, Adam Smith do liberalismo clássico e os pensadores do neoliberalismo como Milton Friedman, Leopoldo von Wiese, Friedrich Hayek estabeleceram os principais alicerces para a construção dos ideais capitalistas do século XXI.

Depois de verificarmos as bases e alguns conceitos do liberalismo clássico e do neoliberalismo, abordaremos o papel do governo na educação escolar e os ideais neoliberais na perspectiva das políticas educacionais. Assim, veremos os estreitos laços das diretrizes educacionais com o sistema capitalista, fazendo com que as práticas neoliberais infiltrem no âmbito educacional e estabeleçam algumas metas capazes de absorver os ideais capitalistas como, por exemplo, a competitividade, a redução dos custos e do papel do governo e a mercantilização do ensino.

Também consideraremos a educação de jovens e adultos no Brasil e faremos uma breve síntese das políticas de educação para os jovens e adultos analfabetos no Brasil. Nesta parte, destacaremos algumas campanhas voltadas para a educação popular de jovens e adultos no Brasil e o papel do governo no tocante a necessidade de redução do analfabetismo no Brasil.

Por fim, falaremos do ensino de jovens e adultos e as necessidades do mercado de trabalho, procurando demonstrar os interesses neoliberais e a educação para jovens e adultos no contexto do capitalismo. Aqui veremos que a

educação de jovens e adultos tem como intento proporcionar não apenas o aprendizado da leitura e escrita, antes busca preparar para o mercado de trabalho, fazendo com que muitos alunos que não terminaram seus estudos no tempo ideal voltem para o banco escolar com o objetivo conseguir um currículo capaz de fazer com que consiga competir no mercado de trabalho.

Desta forma, abordaremos as características do neoliberalismo na educação e a mercantilização do ensino tendo como referencial autores que estudaram e se aprofundaram no

tema, trazendo os princípios e as bases para entendermos como se deu o processo das políticas neoliberais e o seu desdobramento na educação escolar.

Palavras chave: Educação escolar. Neoliberalismo. Educação de jovens e adultos

SUMMARY

This paper will address the key attributes of Neoliberalism and highlight how these characteristics influence the policies for education. In this way, it will seek to establish the link between the needs of the economic system and the adequacy of school curricula.

From the principles of classical liberalism and neoliberalism, we present some thinkers who were responsible for the construction of the principles of the current neoliberal economy. So we'll see how John Locke, Adam Smith's classical liberalism and neoliberalism thinkers like Milton Friedman, Leopold von Wiese, Friedrich Hayek laid the main foundations for the construction of the capitalist ideals of the XXI century.

After checking the bases and some concepts of classical liberalism and neoliberalism, we will discuss the role of government in education and neo-liberal ideals in the context of educational policies. Thus, we see the close ties of educational guidelines with the capitalist system, causing the neoliberal practices leach into the educational scope and establish some goals absorb the capitalist ideals, for example, competitiveness, cost reduction and the role of government and the commodification of education.

Also we consider the adult education in Brazil and we will make a brief summary of the education policies for young people and illiterate adults in Brazil. In this part, we will highlight some campaigns focused on popular education of youth and adults in Brazil and the role of government regarding the need to reduce illiteracy in Brazil.

Finally, we'll talk about teaching young people and adults and the needs of the labor market, seeking to demonstrate the neoliberal interests and education for youth and adults in the context of capitalism. Here we see that youth and adult education has the intent to provide not only the learning of reading and writing, before seeks to prepare for the labor market, causing many students who did not finish his studies at the ideal time to return to the school bank in order to get a curriculum able to make can compete in the labor market.

In this way, we will cover the neoliberalism characteristics in education and commodification of education try to reference authors who have studied and deepened the theme, bringing the principles and the basis for understanding how was the process of neoliberal policies and their deployment in school education .

Keywords: school education. Neoliberalism. Youth and adults

Sumário

1. Introdução.....	8
2. Ideais do Liberalismo Clássico e do Neoliberalismo: breve síntese.....	9
3. A função do governo na educação escolar: os ideais neoliberais na perspectiva das políticas educacionais.....	22
4. A educação e o ajuste econômico: como as exigências econômicas influenciam as políticas educacionais.....	31
5. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: breve síntese das políticas de educação para os jovens e adultos analfabetos no Brasil.....	36
6. EJA- Ensino de Jovens e Adultos e as necessidades do mercado de trabalho: os interesses neoliberais e a educação para jovens e adultos no contexto do capitalismo.....	41
7. Considerações Finais.....	45
8. Referências Bibliográficas.....	47

Introdução

Na sociedade cujo sistema econômico é capitalista e neoliberal, observa-se que os ideais desta estrutura acabam por influenciar diversos segmentos. Dessa forma, a educação escolar acaba por ter uma estreita relação com o sistema econômico vigente, desempenhando o papel de instrumento eficiente para se alcançar as metas capitalistas.

Por conseguinte, concepções neoliberais como a ideia de que o ensino deve estar relacionado com as ânsias para suprir a engrenagem do capitalismo e a influência de certos organismos internacionais como o poderio exercido pelo Banco Mundial que impõe condições e metas para os setores que estão recebendo financiamento.

Isto posto, verifica-se o entrelaçamento entre as metas capitalistas e neoliberais e a organização escolar. É notável que o sistema escolar é cada vez mais tratado como mercadoria, existe, pois, uma forte tendência para incentivar as pessoas a escolherem diplomas, escolas, corpo docente da forma como compramos mercadorias.

A escolarização no mundo de economia neoliberal, incluindo o Brasil, segue a cartilha desse tipo de sistema e aderem às necessidades oriundas dele. Nesse tocante, é notável que a educação escolar no Brasil, como é o caso da Educação Jovens e Adultos, supri as necessidade do mercado de trabalho capitalista. Toda esta conjuntura precisa ser analisada e estudada minuciosamente, ou seja, a partir dessas indagações apresentaremos as características do neoliberalismo e sua forte influência na escolarização.

Capítulo I

Ideais do Liberalismo Clássico e do Neoliberalismo: breve síntese

O Neoliberalismo e seus princípios fundamentais como a liberdade, a igualdade no sistema capitalista e a não participação do Estado na economia faz parte de um alicerce que foi bem definido em grande parte em meados do século XVIII. Dos intelectuais do Liberalismo Clássico como John Locke, Adam Smith até os pensadores Neoliberais do século XX como [Milton Friedman, Leopoldo von Wiese, Friedrich Hayek], constituiu-se um importante percurso no qual a conjuntura global foi determinante e ditou as diretrizes da economia (Harvey, 2011). É, portanto, devido à ligação existente ou até mesmo de um estreito laço entre Liberalismo e Neoliberalismo que não podemos deixar de lado os principais ideais do Liberalismo Clássico, os quais servirão de base para entendermos o Neoliberalismo e suas implicações na economia globalizada.

Entre os autores liberais clássicos, John Locke (2002), demonstrou mérito ao discutir sobre o poder absoluto dos monarcas, a liberdade, o Estado de Natureza, o Estado Civil e a propriedade privada, fundamentado, desta forma, grande parte dos ideais liberais. Segundo Locke (2002), em seu intitulado *Segundo Tratado Sobre o Governo*, o poder absoluto dos reis não é impassível de questionamentos e, além disso, a teoria baseada na ideia de que os herdeiros do trono absolutista descendem de Adão e que este direito é passado por concessão divina não tem legitimidade. A forma como Locke rebate tal teoria que foi defendida principalmente por Robert Filmer em seu Tratado *O Patriarca*, aponta para a desfragmentação do poder absoluto e a afirmação dos ideais liberais. Dessa forma, Locke, com grande veemência, preocupar-se-á em refutar Filmer, nota-se, portanto, que:

Estabelecidas estas premissas, ao que me parece, com bastante clareza, é impossível que os governantes hoje existentes no mundo obtenham qualquer proveito ou derivem a menor sombra de autoridade daquilo que julgam ser a fonte de todo poder, ou seja, o domínio privado e a jurisdição paterna de Adão. Portanto, aquele que não aceita o pressuposto que todo governo no mundo seja gerado apenas pela força e pela violência, e que os homens só vivem juntos regidos pelas mesmas regras dos animais, entre os quais o mais forte domina, estabelecendo assim as bases perpétuas de discórdia[...] terá necessariamente de descobrir outra origem para o governo, outra fonte do poder político e outra forma de escolher e conhecer as pessoas que o exercem, diferente daquela proposta por Sir Robert Filmer. (LOCKE, 2002,p.13,14).

É interessante pontuar que para Locke há um estado natural denominado estado da natureza no qual nos dá total liberdade dentro dos limites da natureza pois “devemos levar em conta o estado natural em que os homens se encontram, sendo este um estado de total liberdade [...] dentro dos limites da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer homem”. (LOCKE,2002, p15).

Já o estado de guerra é para Locke condição de inimizade e destruição e isto ocorre por meio da intenção de ferir esta liberdade impondo o poder absoluto:

[...] disso resulta que aquele que tenta impor a outra parte o poder absoluto, põe-se em estado de guerra [...] devendo isso se entendido como declaração de intenção contra a vida [...] não há quem deseje ter outrem sob seu poder absoluto senão para coagi-lo a força ao que é contrário a liberdade. (LOCKE,2002,p.23).

Na citação acima, parece evidente que Locke, como um típico liberal, opõe-se ao absolutismo, sendo desta forma a liberdade de tal importância que se deve resguardá-la. Assim, a violação a esta liberdade traz como resultado a escravidão.

Em referência à propriedade privada, o filósofo defende que:

Embora a terra e todos os seus frutos sejam propriedade comum a todos os homens, cada homem tem uma propriedade particular em sua própria pessoa, a este ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho de seus braços e a obra de suas mãos, pode-se afirmar, são propriedade dele”. (LOCKE, 2002,p.30.).

Dessa forma fica definido que a liberdade e a propriedade particular são direitos que devem ser invioláveis. Enfim, podemos indagar: o que justifica para Locke a sociedade política e o governo? Deixemos que o mesmo responda em seu Capítulo IX que leva o interessante título *Dos Fins da Sociedade Política e do Governo*:

Se, como disse, o homem no estado da natureza é tão livre dono e senhor da sua própria pessoa e de suas posses e a ninguém sujeito, por que abriria mão dessa liberdade, por que abdicaria ao seu império para se sujeitar ao domínio e controle de outro poder? A resposta óbvia é que, embora o estado de natureza lhe dê tais direitos, sua fruição é muito insegura e incerta e constantemente sujeitas a invasões porque, sendo os outros tão reis quanto ele [...] o desfrute da propriedade que possui nessa condição é muito inseguro e arriscada (LOCKE,2002,p.84).

Assim, Locke defende que o principal objetivo de os homens aceitarem governos em comum é a própria preservação da propriedade, isto se deve a fragilidade dessa liberdade no estado de natureza e da possibilidade de alguns indivíduos se apossarem de propriedades que não lhe pertencem.

No livro *Os Clássicos da Política* organizado Francisco C. Weffort (2006) no capítulo escrito por Leonel Itaussu Almeida Mello encontramos uma síntese do objetivo principal do contrato social:

O estado da natureza, relativamente pacífico, não está isento de inconvenientes, como a violação da propriedade [...]. É a necessidade de superar esses inconvenientes que, segundo Locke, leva os homens a se unirem e estabelecerem livremente entre si o contrato social. Em Locke, o contato social é um pacto de consentimento em que os homens concordam livremente em formar a sociedade civil [...]. (WEFFORT, 2006, p.86).

Verifica-se, portanto, tanto no *Primeiro Tratado Sobre o Governo Civil* quanto no *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil* a refutação do direito divino dos reis, além, é claro, da explicitação da origem, extensão e objetivos do governo, trazendo à tona uma das características do liberalismo ascendente, ou seja, a queda do absolutismo e a ascensão dos liberais.

Se Locke deixa-nos uma estrutura importante para o liberalismo, Adam Smith também foi de notória importância para os preceitos do Liberalismo. Em *A Mão Invisível de Smith* publicada inicialmente em 1776 e extraído do seu livro fundamental *À Riqueza das Nações*, inicia-se discutindo o valor da divisão do trabalho, este tipo de divisão aumenta o progresso na capacidade de produção e, logicamente, aumenta os lucros reduzindo o tempo de fabricação: “O maior progresso na capacidade de produção do trabalho, e a maior parte do talento, aptidão e critério com os quais ele é conduzido ou aplicado em toda parte parecem ter sido o efeito da divisão do trabalho”. (SMITH, 2013, p.7). Verificamos nesta perspectiva a valorização da produção e de seu incentivo voltado para divisão de tarefas com o intento de reduzir o tempo e aumentar a quantidade de produção de determinado produto. Na visão de Adam Smith:

Primeiro, a melhora na aptidão do trabalhador vai inevitavelmente aumentar a quantidade de trabalho que ele pode realizar; e a divisão do trabalho, ao reduzir a atividade de cada homem para uma única operação simples, e ao fazer dessa operação a única ocupação em sua vida, vai necessariamente aumentar muito a aptidão desse trabalhador (SMITH, 2013, p.12).

Então, para Smith uma das maneiras mais eficazes para se chegar a uma economia forte é a divisão do trabalho. Esta divisão do trabalho faz com que “Cada indivíduo se torne mais perito em seu setor específico, mais trabalho é realizado como um todo, e a qualidade de conhecimento é realizado como um todo, e a

qualidade de conhecimento é consideravelmente aumentada por isso”. (SMITH, 2013, p.15).

Explicado a importância da divisão do trabalho, Adam Smith discutirá o princípio do sistema mercantil. Aqui, vale ressaltar uma citação que Smith faz no capítulo três do livro *A Mão Invisível*:

A economia política, considerada como um ramo da ciência de um estadista ou de um legislador, propõe-se a dois objetivos distintos: primeiro, prover uma receita farta ou subsistência para as pessoas, ou, mais proporcionalmente, capacitá-las a prover tal receita ou subsistência por si mesmas; segundo, suprir o Estado ou a comunidade nacional com receita suficiente para seus serviços públicos. Propõe-se a enriquecer tanto o povo quanto o soberano (SMITH,2013,p.24).

Na sua obra mais conhecida, *A Riqueza das Nações* publicada inicialmente em 1776, Adam Smith tem três princípios básicos que não podem ser descartados para entendermos determinadas concepções do liberalismo econômico clássico. Estas dizem respeito a prerrogativas incumbidas de proporcionar o desenvolvimento econômico: a busca do interesse próprio, a divisão do trabalho e a liberdade do comércio, nesse sentido Patrick Jake O'Rourke (2008), autor que estudou sobre a obra *Riqueza das Nações* de Smith, comenta:

A riqueza das nações discute três princípios básicos, e, por meio do simples pensamento e de numerosos exemplos, fornece sua prova. Normalmente, nem os intelectuais encontram dificuldades para compreender as ideias de Smith. O progresso econômico depende deste trio de prerrogativas individuais: a busca do interesse próprio, a divisão do trabalho e a liberdade de comércio. (O`ROURKE,2008,p.10)

É importante não deixarmos de realçar que a liberdade econômica é de suma seriedade para Smith, pois o desenvolvimento e o bem-estar de uma nação advém do crescimento da economia que necessita da liberdade, Rourke diz:

Fica evidente, em outro de seus textos, que Adam Smith era um defensor moral da liberdade; os argumentos em favor da liberdade na *Riqueza das Nações* (...). Smith se opunha às mais severas restrições econômicas: tarifas, bônus, quotas, controle de preços, operários associados em luta por aumento de salários(...). O`ROURKE,2008,p.15)

Dessa forma, devemos sempre ter em mente que Smith defende um comércio livre de intervenção e realizado com liberdade, ou seja, para a iniciativa privada desenvolver é necessária total liberdade econômica, e esta é responsável por regular o mercado. Rourke sintetiza essa característica do pensamento de Smith da seguinte forma:

Adam Smith se deu conta de que todos os comércios, desde que realizados com liberdade, são por definição mutuamente benéficos. Alguém que tem isto consegue aquilo, que desejaria mais, e o consegue de alguém que desejaria mais isto que aquilo. (ROURKE, 2008,p.12).

Smith, com seus princípios, tornou-se fundamental para o liberalismo. Defendia, pois, o desenvolvimento econômico mundial através da divisão do trabalho e do fortalecimento do mercado. Este, que aparentemente é caótico tinha, na verdade, uma organização própria que produzia os bens que eram mais ambicionados pelas pessoas, fazendo com que a “ mola propulsora” da economia girasse aumentando, de fato, os lucros. Nesse sentido, a mão invisível de Smith organiza a economia e esta não funciona adequadamente caso haja impeditivos ao comércio. Além desses princípios, em Smith como também em Locke residem as bases do que se defende como estado mínimo.

Estes temas mencionados acima acabam por elucidar boa parte das diretrizes do liberalismo, caracterizando uma época em que se buscava enraizar e “frutificar” seus ideais. Nesse sentido, o valor atribuído à liberdade individual e suas implicações numa sociedade ainda de traços absolutistas, trouxe discussões primordiais que tratavam especialmente sobre o papel desempenhado pelo governo nesta sociedade e a importância da liberdade, como muito bem lembrou o neoliberal Milton Friedman (1962), há um grande valor concernente a liberdade do indivíduo, porém, a concentração do poder governamental pode, decerto, ameaçar a liberdade:

Liberdade é planta rara e delicada. A mente intui e a história confirma que a grande ameaça à liberdade é a concentração de poder. O governo é necessário para preservar a liberdade [...] ao concentrar o poder nas mãos dos políticos, contudo, o governo também é ameaça à liberdade. (FRIEDMAN, 2014, p.3).

À vista disso, não podemos deixar a deriva o significado intrínseco da liberdade para o Liberalismo, porquanto esta acepção que defende a liberdade do indivíduo e a liberdade de mercado trouxe-nos a importância que tal construção de pensamento teve para os intelectuais liberais. Nesse percurso, o amparo dado à liberdade política e econômica acaba por nortear toda uma conjuntura a qual encontrava-se alicerçada na defesa de um Estado que tinha por desígnio proporcionar liberdade sem, contudo, ofender a liberdade individual. Todo este dispositivo ressalta o quanto tal pensamento foi significativo para determinar a ideia

de livre mercado e liberdade individual. Referente a liberdade de se produzir e de se empregar livremente o capital, Adam Smith esclareceu que:

Proibir um grande povo, porém, de fazer tudo o que pode com cada parte de sua produção ou de empregar seu capital e indústria do modo que julgar mais vantajoso para si mesmo é uma violação manifesta dos mais sagrados direitos da humanidade. (SMITH, 2009, p. 54.)

Na citação acima, reside um dos principais significados para liberdade, nela Smith expõe de forma simples a importância de não se proibir a livre iniciativa para o capital individual e para a indústria, pois tal cerceamento feriria os mais sagrados direitos da humanidade. Assim, a liberdade de iniciativa na economia liberal e a defesa dos direitos individuais dos capitalistas formaram a “pedra angular” de tais ideologias e, nesta conjunção de ideais, percebemos o quanto o valor atribuído a liberdade individual acabou por trilhar o percurso dos intelectuais liberais.

Feita esta breve síntese dos ideais do Liberalismo Clássico, podemos assinalar algumas características do Neoliberalismo e, a partir dessas características, pontuar algumas diferenças relevantes. Assim, notaremos certa familiaridade com os conceitos liberais e, isto, torna-se mais óbvio quando vamos nos aprofundando em suas características proeminentes. E qual é a razão de tal familiaridade? A resposta é muito clara: o Neoliberalismo é um produto do Liberalismo Clássico. Para iniciarmos o assunto sobre o Neoliberalismo é preciso traçar suas principais diretrizes e, entre elas, destacamos: a pouca participação do governo na economia, a liberdade de comércio, a entrada livre de multinacionais, a base econômica formada por empresas privadas e a defesa da liberdade. O Liberalismo Clássico combatia o Estado Mercantilista e as corporações com uma grande pugna contra o sistema econômico vigente. Nesse tocante, o Neoliberalismo revestiu-se de alguns de seus paradigmas e passou a combater o Estado- de- Bem- Estar e a intervenção estatal na economia. Neste prisma, o qual atribui ao liberalismo clássico e ao neoliberalismo uma estreita ligação, conforme Morais:

O liberalismo clássico havia assestado baterias contra o Estado Mercantilista e as corporações. Os novos cruzados da livre-iniciativa pretenderam desde logo construir um análogo daquele mundo, para justificar seu combate e apresentá-lo como a continuação de uma respeitável campanha anti-absolutista. Os inimigos agora recebem outros trajes, mas revelariam taras ancestrais e perversões reiteradas. Um desses inimigos é o conjunto institucional composto por Estado-de-Bem-Estar, planificação, intervenção estatal na economia[...]. (MORAIS, 1997, p.5).

Nesse contexto, o Neoliberalismo constituiu práticas econômicas que visam a liberdade individual com sólidos direitos a propriedade privada e livre comércio. O papel do Estado é garantir tais direitos e assegurar o funcionamento do sistema. Nesse viés, David Harvey, resume da seguinte forma:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. [...]. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (HARVEY, 2008, p.12)

O Neoliberalismo sendo um conjunto de conceitos sobre economia e política capitalista, teve como um dos seus mais importantes autores Milton Friedman que influenciou a economia na década de 1970. Aliás, foi nessa década que teve início os fortes pensamentos neoliberais. Em referência a concepção neoliberal a qual nos diz que não se deve eliminar totalmente o poder governamental e sim reduzi-lo para fomentação do mercado livre, Friedman pontua:

A existência do mercado livre evidentemente não elimina a necessidade de governo. Ao contrário, o governo é essencial não só como fórum para eliminar as “regras do jogo”, mas também como árbitro para interpretar e aplicar as regras aprovadas. O que o mercado faz é reduzir em muito a variedade de questões a serem decididas por meio políticos, e, assim, minimizar a extensão em que o governo precisa participar diretamente do jogo. (FRIEDMAN, 2014, p.17).

No fragmento retirado do livro *Capitalismo e Liberdade*, Milton Friedman não deixa dúvidas sobre a posição tomada pelo neoliberalismo, esta consiste em não eliminar o poder do governo e sim reduzi-lo ao máximo para o melhor funcionamento do mercado livre. Entendemos, portanto, que na visão de Friedman o pensamento neoliberal é responsável por admitir certo poder do governo, contudo muito reduzido para que o mercado livre se expanda.

Talvez nos perguntemos qual o papel do governo na concepção neoliberal. É fato, pois, que a liberdade sempre está em perigo de ser “ferida” por este poder governamental, é aí que vem as delimitações e esclarecimentos da função deste:

Primeiro, o escopo do governo deve ser limitado. A principal função do governo deve consistir em proteger nossa liberdade, tanto contra os inimigos além-fronteiras, quanto contra os próprios concidadãos: manter a lei e a ordem, garantir os contratos privados, fomentar os mercados competitivos. (...). Quaisquer dessas atividades do governo, entretanto, estão repletas de perigo. Não podemos e não devemos deixar de usar o governo para esses propósitos, antes, porém, é preciso promover claro e amplo equilíbrio de vantagens [...], podemos garantir que o setor privado atue como contrapeso dos poderes do setor público e como proteção eficaz da liberdade de expressão, de religião e de pensamento. (FRIEDMAN, 2014,p.3).

No que foi exposto acima, podemos pontuar duas coisas de grande proeminência: a primeira refere-se à finalidade que o governo tem de proteger a liberdade para fomentar o mercado, e a segunda diz respeito ao equilíbrio necessário que deve existir entre o poder público do governo e o setor privado, este último serve como contrapeso para que o governo não exceda seu poder e ultrapasse seus limites ferindo a liberdade.

O próprio Friedman defende diversas vezes que “ o propósito preventivo de limitar e descentralizar o poder governamental é a preservação da liberdade”. Mas devemos sempre tomar cuidado com o conceito de que todos liberais defendem o mesmo ponto de vista, os ideais nunca foram homogêneos e por diversas vezes alterou-se devido a conjuntura econômica e política. É verdade que entre os liberais os ideais de liberdade e propriedade privada foram com frequência defendidos, mas prestemos atenção na diferenciação de foco entre liberais, nesse sentido Friedman nos ajuda a perceber que:

A mudança do significado atribuído ao termo liberalismo é mais impressionante em questões econômicas que em políticas. O liberal do século XX, como o liberal do século XIX, favorece as instituições parlamentares, o governo representativo, os direitos civis, e assim por diante. Entretanto, mesmo em questões políticas, é notável a diferença entre os dois. Zeloso da liberdade, e, portanto, receoso do poder centralizado, seja em mãos governamentais, seja em mãos privadas, o liberal do século XIX preconiza a descentralização política. Empenhado na ação e confiante nos benefícios do poder, desde que exercidos por governos sob o controle ostensivo do eleitorado, o liberal do século XX prefere o governo centralizado. (FRIEDMAN,2014,p.6).

Outro expoente que trata da economia mundial, Friedrich Hayek, no seu livro principal *O Caminho da Servidão* nos esclarece sobre o controle de produção e preços no sistema capitalista neoliberal.

É quase ilimitado o poder conferido pelo controle da produção e dos preços. No regime de concorrência, os preços que temos de pagar por um artigo, a taxa a que podemos obter uma coisa em troca de outra, dependem da quantidade de outros artigos da mesma espécie que ficam à disposição dos demais membros da sociedade depois de termos adquirido o nosso. Esse preço não é determinado pela vontade consciente de quem quer que seja. E se uma certa forma de alcançarmos nossos fins se mostra demasiado dispendiosa, temos liberdade de buscar outras. Os obstáculos que se erguem no nosso caminho não se devem ao fato de alguém condenar os nossos objetivos, mas ao de que os mesmos meios também estão sendo demandados por outras pessoas. Numa economia dirigida, em que a autoridade se interessa diretamente pelos objetivos visados, ela sem dúvida usaria seus poderes para auxiliar a consecução de certos fins e impedir a realização de outros. (HAYEK, 2013,p.117).

Por conseguinte, o Neoliberalismo apresenta “fórmulas” que visam dar incentivo as privatizações, ao pouco domínio do governo na economia, a “invasão” de multinacionais em países menos desenvolvidos, controle dos fluxos de capitais e como vimos no fragmento do livro de Hayek o controle da produção e dos preços numa perspectiva privatista. Aliás, o capitalismo neoliberal tem como defesa os fluxos de capitais, ou seja, numa economia que faz parte de um mundo globalizado, o fluxo de capitais é o cerne que comanda esta economia. David Harvey é um geógrafo e importante intelectual da atualidade que estuda o capitalismo e seus impactos, no seu livro *O Enigma do Capital*, ele nos diz sobre a importância do fluxo do capital:

O capital é o sangue que flui através do corpo político de as sociedades que chamam de capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada caso e recanto do mundo habitado. É graças a este fluxo que nós, que vivemos no capitalismo, adquirimos o nosso pão de cada dia, assim como nossas casas, carros, telefones celulares. A riqueza a partir da qual muitos dos serviços que nos apoiam, entretêm, educam, ressuscitam ou purificam são fornecidos é criada por meio desses fluxos. [...]. Se interrompemos, retardamos ou pior, suspendemos o fluxo, deparamo-nos com uma crise do capitalismo em que o cotidiano não pode mais continuar no estilo a que estamos acostumados. (HARVEY, 2011,p.5).

No que diz respeito a concentração de capital, é relevante explicar que em fins dos anos sessenta começa a prevalecer uma outra forma de concentração de capital. Esta traz como diferenciação o fato de não se apoiar na intervenção

econômica dos governos, ou seja, ela ignora o poder dos Estados- Nações e ultrapassa suas ações. Outro fator importante é que esta nova configuração da concentração de capitais abriu caminho para as grandes empresas terem um relacionamento mais direto, sendo que o Estado adquire uma função secundária no cenário econômico. De acordo com Lucia Bruno:

Entretanto, em fins dos anos sessenta, outra forma de concentração de capital começa a prevalecer, embora tenha se tornado mundialmente perceptível apenas nas décadas seguintes. Esta nova forma, ao contrário da anterior, já não se fundamenta na intervenção econômica dos governos e no seu inter-relacionamento. Ao contrário, ela não só os ignora como os ultrapassa em suas ações, começando a corroer o poder dos Estados- Nações.

Chegou-se a esta nova forma porque a aceleração de capital permitiu às maiores empresas relacionarem-se diretamente, secularizando o papel do Estado como coordenador da vida econômica, assumindo elas próprias, cada vez mais, funções econômicas e políticas de abrangência supranacional. (OLIVEIRA 1997 apud BRUNO, 1997,p.17).

Contudo, é preciso lembrar de uma diferença significativa no Neoliberalismo e esta tem relação com os monopólios constituídos pelas multinacionais e transnacionais. Se no Liberalismo Clássico a livre iniciativa era tida como algo importante para a economia, no Neoliberalismo encontraremos o forte monopólio das gigantescas corporações, ou seja, as empresas se “fundem” para criar um forte mercado no qual apenas um único produtor oferece determinado tipo de serviço ou produto. Esta situação faz com que as empresas multinacionais não tenham concorrentes de mesmo nível e, dessa forma, elas conseguem dominar o mercado econômico elevando os preços e obtendo mais lucros. O monopólio no Neoliberalismo faz com que aja um controle dos recursos e preços, fazendo com que as multinacionais tenham o direito exclusivo de produzirem determinados produtos. Ao falar sobre o monopólio, Milton Friedman esclarece:

O monopólio existe quando um indivíduo ou empresa específica tem controle suficiente sobre determinado produto ou serviço para estabelecer de modo significativo os termos em que outros indivíduos terão acesso a ele. (FRIEDMAN, 2014, p.32).

Dessa forma, o Neoliberalismo emprega o monopólio exercendo grande controle sobre os preços e oscilações do mercado e de seus fluxos de capitais. Por conseguinte, o Neoliberalismo defende o fluxo de capitais entre os países e institui os rumos adotados pelo Capitalismo no mercado globalizado, sendo

que as multinacionais e transnacionais exercem monopólios que controlam e diminuem a livre iniciativa no mercado econômico. Entre os pensadores neoliberais, Hayek defende que:

A tendência ao monopólio e ao planejamento não decorre de fatos objetivos e incontroláveis. É, ao contrário, produto de opiniões promovidas e propagadas durante meio século, até que chegaram a dominar toda nossa política de governo. (HAYEK, 2013,p.80.)

Mas não podemos esquecer de diferenciar os termos multinacional, internacional e transnacional. Primeiramente, o termo multinacional relaciona-se a uma pluralidade de nacionalidades as quais estabelecem relações entre si. Dessa forma, uma multinacional tem a sua sede que desempenha um forte papel em diversas economias nacionais. A partir dessas características, estas multinacionais detinham com os governos uma relação desigual, contudo o mantinha-se a soberania do Estado Nacional. Confirmando essa conjuntura, a professora doutora Lúcia Bruno nos diz que:

O termo multinacional indica a consideração de uma multiplicidade de nacionalidades em inter-relação. Quando dizíamos que uma dada empresa era multinacional, queríamos assinalar a sua atuação em várias economias nacionais simultaneamente, a partir da sua sede, cuja localização era de fundamental importância[...].

Embora as negociações entre empresas multinacionais e governos não fossem no geral realizadas em condições de igualdade, elas pressupunham, ao menos para os fins da demagogia política, a soberania do Estado Nacional. E não creio que a necessidade dessa demagogia fosse desprovida de sentido. Ao contrário, nessa altura, era fundamental que a soberania do Estado fosse afirmada, não só para tranquilizar as burguesias locais, já preocupadas com a possibilidade de concorrência internacional, mas também para manter a classe trabalhadora divididas pelas fronteiras dos países, prevenindo-se o capitalismo, do retorno as lutas [...]. ((OLIVEIRA 1997 apud BRUNO, 1997,p.18).

Já o termo internacional é utilizado para designar o inter-relacionamento entre várias nações, assim uma organização internacional faz acordo com grupos de diferentes nacionalidades, e é preciso ter em mente que o termo multinacional e internacional não excluem a existência de soberanias políticas do Estado Nacional:

O termo internacional, por sua vez, era e continua a ser empregado para designar o inter-relacionamento entre várias nações. Uma organização internacional busca produzir acordos entre grupos de várias nacionalidades [...]. Tanto o termo multinacional quanto o internacional pressupõem,

portanto, a existência de nações e, pelo menos no plano formal dos princípios, a existência de soberanias políticas consubstanciadas no aparelho de Estado Nacional. ((OLIVEIRA 1997 apud BRUNO, 1997,p.18).

Agora é fator fundamental compreendermos o que o termo transnacional traz de diferente em relação aos outros dois termos. Aqui é fundamental dar realce ao fato de que ela não inter-relaciona nações, isto ocorre porque as organizações internacionais matem o princípio da nacionalidade e as organizações transnacionais ignoram o princípio da nacionalidade e vai além dele. Assim, hoje o termo transnacional é utilizado para designar as grandes empresas ao invés de utilizarmos apenas o termo multinacional. As empresas transnacionais têm uma visão globalizante e, portanto, ocorre a transferência de dinheiro e recursos materiais e humanos, de um continente para o outro, ultrapassando as fronteiras. Para elucidar o assunto a professora Lúcia Bruno enfatiza que:

O termo transnacional recobre uma situação inteiramente distinta das anteriores. Uma organização transnacional não inter-relaciona nações. Enquanto as organizações internacionais corporificam o princípio da nacionalidade, as organizações transnacionais o ignoram e o ultrapassam. Nesse sentido, o surgimento de organizações transnacionais no cenário mundial envolve um padrão de divisões e cortes transversais e de associações inteiramente novos. Por isso, penso ser mais exato na atualidade trabalharmos com o termo transnacional para designarmos as grandes empresas até recentemente denominadas multinacionais[...].(OLIVEIRA 1997 apud BRUNO, 1997,p.19).

A vista do que foi exposto, o Neoliberalismo reveste-se de características peculiares e estas, por sua vez, trazem valores consideráveis no âmbito das políticas voltadas para a economia mundial. Estes valores que priorizam a pouca intervenção estatal na economia, a redução das políticas sociais desenvolvidas pelo governo e a globalização dos recursos, geram impactos em vários setores.

Entre os setores que sofrem influências das políticas neoliberais, a educação escolar desempenha um papel importante neste contexto e, portanto, merece ser estudada e discutida. Assim, o Neoliberalismo e seus ideais passam a nortear questões como a administração escolar, a escolha dos conteúdos disciplinares na escola e o direcionamento dos recursos financeiros no âmbito da administração

escolar. Nesse sentido, veremos algumas questões que envolvem o Neoliberalismo na educação e suas implicações.

Capítulo II

A função do governo na educação escolar: os ideais neoliberais na perspectiva das políticas educacionais

Ao pensarmos sobre a função e a necessidade da educação escolar na sociedade, perceberemos que ela está imbuída de significados importantes. Entre estes significados encontramos o papel da educação no tocante a cidadania, nesse sentido, a educação exerce uma forte ação voltada para o aprendizado básico como, por exemplo, a alfabetização a qual gera um conhecimento útil para o desenvolvimento social. É evidente que a alfabetização é apenas umas das finalidades da educação escolar, outras finalidades tão importantes quanto a alfabetização surgem e, entre estas finalidades, está a formação de cidadãos. Esta forma de conceber a educação é exposta por Milton Friedman ao analisar o papel do governo na educação, ele diz:

A sociedade democrática estável é impossível sem um nível mínimo de alfabetização e de conhecimento por parte da maioria dos cidadãos e sem a aceitação generalizada de um conjunto de valores comuns. A educação contribui para as ambas as necessidades. Por conseguinte, os ganhos decorrentes da educação de uma criança beneficiam não só a criança e os pais, mas também os outros membros da sociedade. A educação de meu filho contribui para o bem-estar de todos, ao promover uma sociedade estável e democrática. (FRIEDMAN, 2014, p.90,91).

Nota-se, no pensamento de Milton Friedaman, que para alcançarmos uma sociedade democrática estável, faz-se necessário um nível mínimo de alfabetização e de conhecimento generalizado, sendo a educação escolar da criança um fator fundamental para se alcançar o bem-estar social e uma sociedade estável democrática. Assim sendo, no discurso sobre a escolarização, verifica-se muitas vezes valores significativos voltados para uma estrutura social criada e formada sob certos ideais, vale ressaltar que na citação feita por Friedman, esses valores pertencem ao sistema capitalista vigente.

Nesse sentido, a escola cumpre uma função basilar na sociedade a qual estabelece uma relação entre a família e a sociedade. Não podemos excluir o fato de que a necessidade de produção de capacidade de trabalho no capitalismo influi

nos rumos adotados para a administração, ou seja, a capacitação do indivíduo para o trabalho e a forte necessidade de produção e lucros direcionam as políticas adotadas para a educação escolar. Deste modo, Conforme Lucia Bruno:

[...] a escola tem um papel fundamental. Ao lado da família e do meio social mais amplo, a escola é uma das esferas de produção de capacidade de trabalho. Por isso, é ela hoje objeto de tantas discussões e, mais, de propostas de reestruturação. Numa sociedade rasgada por contradições cada vez mais agudas, a esfera ideológica assume grande importância enquanto elemento de coesão social. A escola, portanto, não pode mais permanecer nas franjas dos mecanismos de controle social e econômico do sistema capitalista [...].

É esta uma das razões pelas quais os sistemas educacionais em todo o mundo entram em crise e começam a ser reestruturados mais ou menos rapidamente. (OLIVEIRA 1997 apud BRUNO, 1997, p.39).

Dada a importância do papel escolar na sociedade e sua estreita relação com o sistema econômico vigente, podemos pensar como é sua função como instrumento eficaz para se alcançar as metas capitalistas e também neoliberais.

Na concepção neoliberal, a diminuição das funções do governo em relação as questões que envolvem a educação são defendidas por muitos escritores de concepção neoliberal de forma veemente. Assim, a ideia de que o governo deve arcar com os custos da escolarização não é visto como algo eficaz, antes é tido como prejuízo e violação do direito individual de escolha. Neste pensamento, o ônus financeiro da escolarização deve ser de responsabilidade das famílias e deve apenas ficar na esfera do individual, eliminando a máquina governamental. Para citarmos um exemplo, Milton Friedman que defende o encolhimento das funções governamentais proferiu que:

Se o ônus financeiro decorrente dessa exigência de escolarização pudesse ser assumido de pronto pela grande maioria das famílias de uma comunidade, talvez ainda fosse viável e desejável exigir que os pais arcassem diretamente com os custos. Em vista disso, se eliminaria a máquina governamental hoje necessária para arrecadar impostos dos indivíduos durante toda a vida e depois restituí-los em grande parte às mesmas pessoas durante a idade escolar dos filhos; reduziria a probabilidade de que os governos administrassem escolas [...] aumentaria a probabilidade de que os subsídios às despesas escolares diminuíssem [...]. (FRIEDMAN, 2014, p.91,92).

Há diversos pontos a serem considerados a partir do que foi expresso por Friedman. Primeiramente, os custos governamentais com a escolarização não são vistos como algo ideal, sendo defendido, portanto, que os custos sejam assumidos pelas famílias individualmente. Um dos objetivos expostos por Friedman seria

justamente o de eliminar a máquina governamental. Para o autor do livro “Capitalismo e Liberdade”, conferir os custos educacionais aos pais equalizaria os gastos com a escolarização por parte do governo e, por conseguinte, percebe-se a intensão de encolhimento das funções governamentais. Esta noção de encolhimento dos custos sociais e a diminuição do poder governamental é uma característica do neoliberalismo que, por sua vez, impacta diretamente na administração e nos custos educacionais. Por conseguinte, Friedmam esclarece que:

[...] uma exemplificação para uma taxa de natalidade mais baixa em famílias de grupos socioeconômicos mais altos que em famílias de grupos socioeconômicos mais baixos talvez seja a de que os filhos são relativamente mais caros para aquelas, em consequência do padrão de educação mais elevado, cujos custos elas pagam com recursos próprios. (FRIEDMAN, 2014, p.91,92).

Dessa forma, as evidências apontam que há um ajustamento às tendências do capitalismo contemporâneo no que diz respeito as funções administrativas e da gestão escolar. Todo este conjunto envolve vários aspectos, entre eles o trabalho realizado pelos professores em sala de aula para a formação de uma futura classe trabalhadora. Esta conjuntura, portanto, serve tanto para preparar e moldar estes futuros trabalhadores ao sistema capitalistas como também tem por meta a diminuição dos custos e do tempo. Nessa perspectiva, visa-se garantir a qualidade total a qual é utilizada muito pelas empresas, esta tem por objetivo um segmento de mercado e não visa uma excelente formação acadêmica, ou seja, a qualidade total refere-se à redução de desperdícios, de custos, de trabalhadores e redução de tempo. Neste viés, a professora Lúcia Bruno explica que em relação a rede pública de ensino há uma forte tendência para se adequar ao sistema capitalista:

Pelo que nos mostram todas as evidências empíricas até o momento, o que está sendo pensado e implementado na rede pública são adequações às tendências gerais do capitalismo contemporâneo, com especial ênfase na reorganização das funções administrativas e de gestão da escola, assim como do processo de trabalho dos educadores, envolvidos com a formação das futuras gerações da classe trabalhadora, tendo em vista a redução de custos e de tempo. Trata-se de garantir o que nas empresas denomina-se qualidade total. Entretanto, esta qualidade refere-se primordialmente à qualidade do processo, não do produto, já que, com relação a este, a qualidade é sempre referida ao segmento de mercado ao qual destina-se. Qualidade do processo produtivo diz respeito à redução de desperdícios, de tempo de trabalho, de custos, de força de trabalho. (OLIVEIRA 1997 apud BRUNO, 1997,p.41).

Isto posto, verifica-se o entrelaçamento entre as metas capitalistas e neoliberais e a organização escolar. É claramente perceptível que o sistema escolar é cada vez mais tratado como mercadoria e a base dessa forma de pensamento encontra-se nas ideologias neoliberais e capitalistas. Existe, pois, uma forte tendência para incentivar as pessoas a escolherem diplomas, escolas, corpo docente da forma como compramos mercadorias, isto gera uma educação mercadológica pautada nas propagandas e, além disso, a mercantilização do sistema educacional gera um forte apelo para a privatização do sistema, o favorecimento de credenciamento e a competitividade que é uma característica do sistema de venda e compra do mercado comercial. Desse modo, é muito comum vermos diversas propagandas de escolas e sistemas de ensino que exacerbam os resultados em provas oficiais e alegam sempre terem as melhores estruturas, professores e método de ensino em relação aos concorrentes. O professor Jurjo Torres Santomé que é Catedrático de Didática e Organização Escolar Universidad de La Coruña, escreveu uma obra muito esclarecedora sobre a educação em tempos de neoliberalismo, referente a mercantilização do ensino diz:

Dia a dia, o sistema escolar está sendo transformado em um mercado. A partir das opções ideológicas mais capitalistas e neoliberais defende-se e tenta-se impor um modelo de sociedade em que a educação acabe reduzida a mais um bem de consumo. A sua lógica seria convencer as pessoas a escolherem instituições escolares, diplomas e corpo docente da mesma forma em que são escolhidos e comprados outros produtos em e entre diferentes supermercados.

A educação e as criações culturais, em geral, foram reduzidas a mercadorias, que dissimulam as redes econômicas e os interesses políticos que se escondem por trás dessa posição mercantilista. (SANTOMÉ, 2003, p.39).

Como vimos no comentário de Santomé, existe uma intenção expressa do sistema capitalista e neoliberal de transformar o sistema educacional em mercadoria e, nessa lógica, podemos entrever que quanto maior o poder aquisitivo do indivíduo maior será o seu acesso a uma educação capaz proporcionar meios para se competir no mercado de trabalho e de se alcançar melhores vagas de emprego. Nesse percurso, as disparidades sociais aumentam porque o poder de consumo é variado e aqueles que não dispõem de recursos financeiros avantajados não conseguirão adquirir uma educação escolar capaz de fornecer os meios para se competir com aquele que pagou mais, neste viés, a privatização e a competição surgem como elementos oriundos da mercantilização do ensino.

Referente a propensão de considerar a educação como mercadológica e privada, Milton Friedman defende uma escolarização financiada a partir de vales resgatáveis por filho e por ano para custear os serviços educacionais. Na visão desse autor neoliberal, o financiamento da escolarização não deve ser feito somente pelo governo, chegando a defender o que chama de vales resgatáveis que podem ser gastos com educação e que proporciona para família o direito de escolha:

[...] Os governos poderiam exigir um nível mínimo de escolarização financiada, oferecendo aos pais vales resgatáveis por determinada importância, por filho, por ano, para pagar serviços educacionais. Os pais, então, teriam liberdade para gastar essa importância e os serviços educacionais poderiam ser prestados por empresas privadas, com fins lucrativos. (FRIEDMAN, 2014, p.93,94).

Podemos considerar algumas questões na proposta de Friedman, inicialmente nota-se o incentivo dado para a compra de serviços educacionais privados. Percebe-se, também, a diminuição das atribuições do governo referente a administração escolar. Além disso, nota-se uma visão mercadológica que vem ao encontro da defesa que considera a liberdade de escolha e privatização do ensino escolar um instrumento viável para a lógica capitalista. Noutras palavras, Friedman (2014, p.94) defende que tanto em outros setores como na educação “ as empresas privadas tendem a ser muito mais eficiente em atender à demanda dos consumidores”.

Portanto, é a partir das necessidades econômicas que se define as intervenções e as mudanças no campo social e na esfera pública. A mundialização dos mercados visa alicerçar um modelo pautado na racionalidade econômica que valoriza as coisas em prol do econômico. Nesse percurso, a educação pública passa para segundo plano e começa a adotar os discursos de capacitação profissional.

Existe nas instituições escolares algo muito importante para a fomentação dos ideais neoliberais, esta diz respeito a elaboração de ideologias capazes de estruturar uma formação escolar voltada para habilidades mecânicas e técnicas. Não é interessante para os neoliberais a experimentação de novos modelos sociais, pois as empresas desejam trabalhadores que façam apenas o seu trabalho e receba cada vez mais um salário inferior, despossuindo o trabalhador do sendo crítico e da capacidade de questionar o processo. Este cenário foi muito bem definido por Jurjo Torres Santomé:

Os que apostam no neoliberalismo sabem muito bem que o sistema educacional pode desempenhar um papel importante na atual reestruturação do capitalismo. Devido às suas elaborações ideológicas, as instituições escolares são um dos espaços privilegiados para a construção das novas subjetividades economicistas, para a formação de serem humanos com habilidades mecânicas e técnicas[...] É lógico que a perspectiva social e criativa não é desejada pelas empresas multinacionais, pois sua principal preocupação é a de contratar pessoas que saibam trabalhar, com contratos de trabalho baratos e, o que é mais importante, que não façam muitas perguntas sobre os modelos de produção em vigor.(SANTOMÉ,2003, p.30,31).

Se levarmos em conta o fato de que o sistema capitalista necessita de trabalhadores que façam apenas o trabalho e tenham baixa remuneração, compreenderemos de forma clara a observação de Santomé. Nela percebemos como o mercado econômico e sua racionalização afetam o ensino escolar. É importante ressaltar que sendo a escola um campo fértil para formação de ideologias, os neoliberais se utilizam de estratégias bem definidas para estruturar o currículo em prol de suas metas. Há, portanto, uma subordinação às metas da economia mundial, ficando exposta a desigualdade entre classes resultante do capitalismo. Porquanto, aquele que dispõe de mais dinheiro poderá frequentar um ensino voltado para uma formação que visa prepara-lo para vagas no mercado de trabalho que seja melhor remunerada.

Contudo, aqueles pertencentes a uma classe “inferior” não terão o mesmo acesso ao ensino padronizado e considerado de qualidade para o mercado de trabalho. Aqui vale retomar o pensamento de Milton Friedman que, como vimos, defende a existência de vales resgatáveis para financiar os custos com a educação. Entrementes, Friedman não mencionou a desigualdade existente no sistema proposto, posto que aqueles pertencente a uma classe econômica mais elevada sairiam na frente em relação as classes inferiores por terem mais recursos financeiros. Nesse sentido, Gaudêncio Frigotto, em seu livro *Educação e a Crise do Capitalismo Real*, enfatiza:

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital.
 . (FRIGOTTO, 2003, p.26).

Dessa maneira, os sistemas educacionais, na ótica capitalista, trazem uma escola disciplinadora e adestradora para os filhos dos trabalhadores e uma escola voltada para formação para a elite, pois Frigotto (2003, p.34) diz que neste contexto surge a “escola disciplinadora e adestradora para os filhos dos trabalhadores e escola formativa para os filhos das classes dirigentes”.

Nesse cenário capitalista e neoliberal, todo esforço para mudar e melhorar a educação estão voltados para os interesses econômicos, e esta interferência se dá cada vez mais no âmbito mundial e não regional. Esta característica se deve a existência de uma competição que ultrapassa as fronteiras nacionais e, cada vez mais, há interferência dos organismos transnacionais. Existe, portanto, uma necessidade por força de trabalho com determinadas qualificações para se alcançar determinadas características e metas que fará com que determinado organismo empresarial consiga competir no mercado. Lucia Bruno (1997, p.42), informa que “com a crescente mobilidade do capital, a educação deixou de ser uma questão nacional. Daí a interferência cada vez mais incisiva dos organismos transnacionais”. Novamente, vemos o esforço do sistema econômico capitalista para preparar por meio da formação escolar uma classe de trabalhadores de características bem definidas. Esta, como bem pontuou a professora Lúcia Bruno, está subordinada aos interesses das grandes empresas transnacionais.

Vale apenas ressaltar que em contraste com os ideais que prezam o coletivo, os ideais liberais valorizam a liberdade individual no que diz respeito às organizações sociais, sendo que o processo educativo passa por todas estas questões de liberdade de escolha e individualismo. Milton Friedman reconhece que:

Como liberais, consideramos a liberdade do indivíduo, ou, talvez, da família, nosso objetivo derradeiro na avaliação das organizações sociais. Nesse sentido, a liberdade, como valor, tem a ver com as inter-relações das pessoas umas com as outras [...]. Com efeito, propósito importante dos liberais é deixar que o problema ético seja resolvido pelo indivíduo[...]
O problema básico da organização social é como coordenar as atividades econômicas de multidões de pessoas. (FRIEDMAN, 2003, p. 15).

A observação de Friedman nos remete a uma questão básica, esta refere-se a forma como o liberal vê as organizações sociais. Parece-nos, então, que na perspectiva neoliberal o grande problema da organização social é a coordenação das atividades econômicas. Aqui, vale ressaltar que a economia e a técnica mercadológica ganham primazia em relação a questões que envolvam a

desigualdade de classes ou as mazelas trazidas por um conjunto de ideais que foca exclusivamente a economia, o lucro e o comércio.

Estes ideais neoliberais, trazem como desígnio a privatização de tudo que possa gerar lucros. Para isso, tenta-se enfraquecer o controle que o Estado tem e sua participação no mercado e, para se alcançar tal objetivo, utiliza-se de ideologias em que o único e melhor modelo é aquele que enfraquece o papel do Estado e fortalece as privatizações e o mercado mundial. Devemos sinalizar que o cerne dessa arquitetura e a sua forma de organização, deriva do apoio de grandes empresas transnacionais e de órgãos como o FMI (*Fundo Monetário Internacional*), o Banco Mundial, a OMC (*Organização Mundial do Comércio*), entre outras. Estas formas de organizações, comandam as políticas neoliberais e constroem ideologias para serem repassadas para a população e por meio delas garantir o consentimento para a aplicação de suas propostas, daí surge a ideia que o privado é melhor que o público. (SANTOME,2013, p.28;29) lembrou que “esse tipo de organização mundial (FMI, OCDE, Banco Mundial, OMC), com o apoio das grandes empresas multinacionais, é o verdadeiro cérebro das políticas neoliberais”.

Fica bem estabelecido, a partir da observação de (SANTOME, 2013, p.18;19), “que os organismos econômicos de caráter mundial também financiam a elaboração de discursos que estejam de acordo com os seus interesses privatistas e de exploração, que divulgam de forma insistente e contínua”.

Nesse percurso, a formação escolar desempenha um papel fundamental, sendo que esses grandes organismos econômicos estabelecem metas as quais deverão ser cumpridas para então garantir o controle e a formação de trabalhadores.

É interessante notar que Santomé traz à tona o fato de que a elaboração de discursos em prol do interesse privatista é feita de forma contínua e insistente. No campo da propaganda, resta a ela reproduzir os interesses puramente capitalistas e o controle exercido sobre a população e sobre os governantes é notável, chegando até mesmo a direcionar as políticas públicas para a educação e especialmente as de ensino superior que são capazes de moldar de forma concisa as novas classes trabalhadoras. A educação, é desse modo, vista como dispositivo para suprir o interesse de classe, ou como bem diz Frigotto:

A educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte dessas relações, apresenta-se historicamente como um campo da disputa hegemônica. Esta disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções, a organização dos

processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classe. (FRIGOTTO, 2003, p.25).

Lembrando-se do fato de que as ideologias neoliberais são expostas de maneira incisiva e repetitiva e tem por objetivo desvalorizar as atuações dos governos em contrapartida à ascensão de pensamentos privatistas, encontramos no clássico *Capitalismo e Liberdade* de Milton Friedman o seguinte argumento sobre os salários dos professores e sobre a administração pública nas escolas:

Quanto aos salários dos professores, o principal problema não é que sejam baixos demais em relação à média, mas sim que são uniformes e rígidos. Os maus professores são muito bem pagos, enquanto os bons professores são muito mal pagos. As escalas de salários tendem a ser uniformes, baseando-se muito mais na antiguidade e nos títulos acadêmicos que no mérito e nos resultados. Também isso é resultado, em grande parte, do atual sistema de administração pública das escolas e se agrava ainda mais na medida em que se eleva o âmbito do controle governamental.[...]. (FRIEDMAN, 2003, p.99,100).

O argumento de Friedman, o qual responsabiliza o governo pelo problema salarial dos professores, demonstra a intenção de considerar os problemas educacionais como mazelas oriundas da má administração governamental. É interessante notar que Friedman busca implementar a ideia de competição como algo bom para o magistério, em contrapartida crítica os salários padronizados e baseados em uma rigidez e uniformidade própria que no seu modo de análise é uma característica própria da regência governamental. Há aqui, em vista disso, uma visão mercadológica do professor e de seu magistério.

Capítulo III

A educação e o ajuste econômico: como as exigências econômicas influenciam as políticas educacionais

No âmbito das exigências de base econômica, encontramos uma reestruturação organizacional que visa incentivar políticas de ajuste estrutural em países em que há grande disparidade econômica. O Banco Mundial (BIRD), introduziu um padrão voltado para o financiamento chamado de crédito de base política. Todo este conjunto de políticas comandadas pelo Banco, trazem como necessário a diminuição do papel do Estado e compactuam com a redução de investimentos no setor público e a participação do setor privado. Existe, dessa forma, uma série de exigências que atingem diversos setores e entre eles a educação. Assim sendo, o Banco mundial tem como característica o fato de ser uma agência financeira com presença mundial, sendo o principal financiador do setor público e privado. Conforme Marília Fonseca:

Em função da sua estrutura de agência financeira multilateral, comportando cerca de 180 países sócios, o Banco Mundial afirma sua presença mundial como financiador de projetos para o setor público e privado.[...]. No bojo da reestruturação organizacional nos anos 80, o Banco incorporou um modelo de financiamento denominado crédito de base econômica (Policy Based Loans), destinado a promover políticas de ajuste estrutural entre os países mais afetados pelo desequilíbrio econômico. Estas políticas, ainda em vigência, incluem a redução do papel do Estado, via diminuição dos investimentos do setor público e maior participação do setor privado. ((OLIVEIRA 1997 apud FONSECA, 1997,p.55).

Isto posto, é notável o poderio exercido pelo Banco Mundial, este impõe condições para os setores que estão sendo recebendo financiamento. Dessa forma, a liberação de crédito fica condicionada a uma série de exigências e, por meio delas, tem permitido que o Banco Mundial influencie diversos setores em variados países. Nesse conjunto de ações, a que mais nos interessa refere-se as sugestões dada pelo Banco para reformas educacionais. Entre as estratégias do Banco Mundial encontramos aquela que implica na diminuição dos encargos financeiros na área da educação, esta diminuição reporta-se às políticas de ajuste. No caminhar desse percurso, propõe-se que se privatize os diversos níveis de ensino. Em confirmação a este cenário, Marília Fonseca destaca:

Além dessas exigências na base econômica, o novo modelo supõe a definição de condicionalidades políticas para os diversos setores a serem financiados. Assim, os critérios para a concessão de créditos têm permitido que o Banco influencie as agendas setoriais dos diferentes países. Como um dos pontos principais, o Banco vem sugerindo a realização de reformas educacionais nos diferentes níveis de ensino [...]. Para tanto, recomenda-se medidas voltadas para a privatização dos níveis mais elevados de ensino, especialmente o superior. (OLIVEIRA 1997 apud FONSECA, 1997, p.55,56).

Há, também, uma estratégia peculiar voltada para a aplicação dos recursos financeiros do empréstimo realizado pelo Banco Mundial para os países menos desenvolvidos. Nesta estratégia, os valores com gastos educacionais devem abranger principalmente a compra de material institucional, livros, bibliotecas, etc. Já os gastos com a formação e salário do professor deverão ser baixos, e, além disso, o treinamento oferecido para os docentes está relacionado a adequação ao sistema a utilização correta dos livros:

[...] direciona a prioridade dos empréstimos para uma cesta de insumos educacionais que se mostram determinantes para o desempenho escolar dos países de baixa e média renda, segundo estudos internos do Banco. Assim, bibliotecas, material instrucional e livro-textos são privilegiados em detrimento de fatores humanos, como formação, experiência e salário do professor. Por esta razão, os projetos do Banco deverão privilegiar a distribuição de livros e de outros pacotes instrucionais, assim como o treinamento dos professores para sua adequada utilização. (OLIVEIRA 1997 apud FONSECA, 1997, p.56).

Dessa forma, questões como a quantidade de alunos por professor e também a quantidade adequada de horas a serem gastas ao ensino são analisadas e vistas como oportunidade para a diminuição dos custos. Pelo visto, as questões educacionais são discutidas à luz das necessidades do sistema econômico. Marília Fonseca (OLIVEIRA 1997 apud FONSECA, 1997, p.61) ainda destaca que “no caso do Banco Mundial, verifica-se que a sua importância política junto ao setor educacional que cresceu mais expressamente nos anos 90, sob os auspícios de organismos transnacionais, como BIRD, PNUD, UNICEF, UNESCO”.

Toda essa conjuntura, indica a importância dos órgãos transnacionais e do Banco Mundial no tocante a aspectos educacionais e também nos projetos voltados para a educação. Assim, lança-se propostas direcionadas para recuperação de custos em detrimento a igualdade social e ao acesso a benefícios públicos.

Neste conjunto de políticas educacionais, é notável que a qualidade e as definições voltadas para a educação são determinadas a partir do modelo econômico vigente. Dessa forma, a educação fica submissa aos interesses financeiros com uma débil participação da sociedade envolvida no processo. Fonseca pontua que:

Nesta ótica, a quantidade e a qualidade da educação para os diferentes países são definidas na justa medida do modelo global, isto é, na qual a participação da sociedade local não se faz presente. Assim delimitado, o setor educacional intensifica a sua dependência, em nome de uma cooperação técnica e financeira que se anuncia como guardião da autonomia das nações em desenvolvimento. (OLIVEIRA 1997 apud FONSECA, 1997,p.62).

Outro fator perceptível em uma educação que cada vez mais é submissa ao poder econômico é, justamente, a criação de um discurso voltado para a qualidade do ensino. É neste discurso pró qualidade do ensino que identificamos conceitos oriundos de propostas políticas voltada para o setor mercantil, fazendo com que o campo educacional absorva um discurso conservador que ataca tanto os espaços públicos democráticos quanto a escola. É justamente sobre este aspecto que Pablo Gentile nos fala no livro intitulado *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*:

O discurso da qualidade referente ao campo educacional começou a desenvolver-se em fins da década de 80 como contraface do discurso da democratização. Esta operação foi possível- em parte- devido ao fato de os discursos hegemônicos sobre a qualidade terem assumido o conteúdo que este conceito possui no campo produtivo, imprimindo aos debates e as propostas políticas do setor um claro sentido mercantil de consequências dualizadoras e antidemocráticas. No campo educativo, o discurso da qualidade foi assumindo a fisionomia de uma nova retórica conservadora funcional e coerente com o feroz ataque que hoje sofrem os espaços públicos (democráticos ou potencialmente democráticos), entre eles, a escola das majorias. (GENTILI,1994, p.115).

Dessa forma, o discurso da qualidade na educação aparece imbuído de critérios mercantis, assumindo características do campo empresarial que preza por produtividade e analisa a qualidade como é feito no âmbito dos negócios empresariais, nesse direcionamento o próprio (GENTILI, 1994, p.126) diz que “os debates acerca da qualidade da educação foram assumindo a fisionomia que esta discussão apresenta no âmbito empresarial, não se diferenciando assim da lógica produtivista e mercantil [...]”.

Mas como se dá a aplicação dos métodos de qualidade empresarial na escola? Na verdade, existem vários modelos da aplicação dos princípios da empresa na escola, para exemplificarmos citaremos o Método utilizado no programa Escola de Qualidade Total o qual utilizou o método Deming de Administração na gestão de instituições escolares. Sobre o método, (GENTILI, 1994, p.143) esclarece que “as ideias de Deming de grande aceitação no mundo dos negócios, podem são aplicadas ao campo educacional”. Assim, a proposta da Escola de Qualidade Total baseia-se em grande parte no método empresarial de Deming de Administração que preza por princípios voltados ao mercado financeiro, como por exemplo, liderança, avaliação do processo, ambiente cooperativo, comunicação produtiva, trabalho de alta qualidade, etc.

Neste íterim, é possível compreendermos melhor a aplicação dessas estruturas a partir da exemplificação de alguns pontos do método de Deming que foram aplicados no campo educacional, entre eles é digno de nota mencionar:

1. Gestão democrática ou liderança da escola e das salas de aula;
2. O diretor como líder da comunidade educativa;
3. O professor como líder do aluno;
4. A escola como ambiente de satisfação das necessidades dos seus membros;
5. Ensino baseado no aprendizado cooperativo;
6. Participação do aluno na avaliação do seu próprio trabalho;
7. Trabalho escolar de alta qualidade como produto de uma escola de qualidade. (GENTILI, 1994,144).

O exemplo citado por Gentili demonstra como um método voltado para as empresas pode ser adequado ao campo educacional. Sobre estes aspetos, temos, como exemplo a figura do professor como líder dos alunos, a participação do aluno em sua avaliação, o trabalho escolar de alta qualidade. A partir disso, (GENTILI, 1994, p.147) destaca que “esta experiência constitui o intento mais sistemático para transformar a escola em uma instituição produtiva à imagem e semelhança das empresas”.

Assim, nota-se com certa clareza uma imposição a qual tende a padronizar sem considerar as diferenças dos indivíduos envolvidos no processo de aprendizado. Nesse sentido, Muller, diz:

[...] A sociedade impõe uma disciplina-padrão, da religião, do mundo do trabalho, dos costumes, que a escola, de certo modo, procura seguir. Como a sociedade sempre encontrou enormes dificuldades para acolher e respeitar os diferentes através de suas formas homogeneizadoras e adotou regras duras para igualar as diferenças, a situação na escola não ficou

muito diferente.[...]. Podemos concluir aqui que, no tocante a questão da homogeneização, a escola é, de fato, reprodutora social. (MULLER et al 1999, p.133).

Nesta conjunção, o sistema vigente acaba por influenciar todo um conjunto de questões sociais e também marca profundamente a sociedade a qual pertence. Sendo assim, os interesses econômicos e empresariais penetram na sociedade e por intermédio de ideologias e discursos pró sistema econômico se estabelece diretrizes a serem seguidas. Estas diretrizes que abrangem desde o currículo escolar até a prática docente, visam estabelecer padrões fundamentados no sistema capitalista e neoliberal.

Entre os países mais pobres, é o caso da população pobre latino-americano, há um sistema escolar que traz oportunidades e qualidades variadas e que estão fortemente ligadas a classe social. Demerval Saviani comenta, no livro *Capitalismo, Trabalho e Educação* sobre esta situação adversa:

Os pobres latino-americanos são hoje mais pobres e mais “educados”. “Educados” num sistema escolar pulverizado, segmentado, no qual convivem circuitos educacionais de oportunidades e qualidades diversas; oportunidades e qualidades que mudam conforme a condição social dos sujeitos e os recursos econômicos que eles têm para acessar a privilegiada esfera dos direitos da cidadania. (SAVIANI et al, 2005,p.59).

A escola passa a ser um espaço que tem um papel fundamental para interligar a educação com as necessidades do mercado de trabalho, criando uma força de trabalho de grande importância e com tendência a competição. Segundo (SAVIANI et al, 2005, p.59), que identificou esta relação, “a escola constituía, assim, num espaço institucional que contribuía para a integração econômica da sociedade formando o contingente da força de trabalho que se incorporaria gradualmente ao mercado”.

Portanto, o processo educacional está fortemente ligado ao sistema econômico e às necessidades do mundo de base capitalista e neoliberal que, por sua vez, ditam as diretrizes a serem seguidas nas escolas e estabelecem os fundamentos curriculares.

Capítulo IV

Educação de Jovens e Adultos no Brasil: breve síntese das políticas de educação para os jovens e adultos analfabetos no Brasil

Quando falamos de uma política de educação de jovens e adultos no Brasil e, principalmente, quando nos referimos ao analfabetismo existente no país, faz-se necessário enfatizar que tais políticas ganham força a partir da década de 1940. O fato de a política voltada para a educação de jovens e adultos ter ganhado grande impulso na década de quarenta não significa dizer que não existia uma política voltada para o ensino noturno de adultos, porém não era algo tão significativo nas diretrizes políticas anteriores a esta década. Segundo Beisiegel:

Só é possível falar na existência de uma política de educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil a partir da década de 1940. É bem verdade que antes disso, durante toda a Primeira República e até mesmo no Império, foram muito frequentes as referências ao ensino noturno de adultos. Mas, tudo o que se fez foi sempre muito pouco significativo sob o ponto de vista do número de educadores envolvidos [...]. (OLIVEIRA 1997 apud BEISSIEGEL, 1997.p.207).

É, portanto, a partir do Governo Vargas que veremos uma estrutura capaz de dar bases sólidas para se iniciar uma discussão e medidas para os problemas da educação de adultos no Brasil. Conforme (OLIVEIRA 1997 apud BEISSIEGEL 1997, p.208), “desde sua instalação no poder, em 1930, o Governo Vargas, devido ao seu forte impulso centralizador, viera progressivamente construindo uma infra-estrutura institucional capaz de pelo menos dar início ao enfrentamento dos grandes problemas educacionais da educação”.

Dessa forma, o objetivo primordial era a modernização do Estado e, esta necessidade de modernização, fazia emergir uma grande problemática existente no país: mais da metade da população de jovens e adultos era analfabeta. Nesse sentido, Beisiegel diz:

O Recenseamento Geral de 1940, um dos processos de modernização do Estado, colocara em grande evidência a gravidade da situação educacional, revelando, entre outras realidades inquietantes, que mais da metade da

população de maiores de 15 anos era constituída por jovens e adultos analfabetos. (OLIVEIRA 1997 apud BEISSIEGEL, 1997.p.208).

No caminhar desse percurso, podemos citar como exemplo de uma campanha de relevância voltada para a educação de adultos e jovens analfabetos a Campanha de Educação de Adultos coordenada por Lourenço Filho em 1948. Uma das medidas da campanha foi a criação de classes noturnas de ensino de adultos que abrangia tanto a zona rural quanto na urbana em todo território brasileiro. A Campanha de Educação de Adultos, enfatizava a universalização da educação base e, como Lourenço Filho esclareceu, esta educação de base abrangeria cálculo, escrita, leitura, noções de geografia, história, etc. Nesse sentido, Beisiegel esclarece sobre esta Campanha:

A Campanha de Educação de Adultos foi concebida por Lourenço Filho, seu idealizador e primeiro coordenador, como um amplo movimento de mobilização nacional em favor da educação de jovens e adultos analfabetos. Mediante a instalação do maior número possível de classes noturnas de ensino de adultos nas áreas rurais e urbanas de todo o território do País. OLIVEIRA 1997 apud BEISSIEGEL, 1997.p.211).

Outra campanha notável no tocante a alfabetização de adultos foi a Campanha Nacional de Educação Rural. Esta, como o próprio nome nos diz, dá enfoque a área rural do território brasileiro, criando-se “missões rurais” que abrangiam desde a alfabetização até a discussão das dificuldades do meio rural. Referente a esta Campanha observasse que:

A experiência das “missões rurais” foi consolidada em 1952, com a aprovação, pelo Ministério da Educação e Saúde, do Regulamento da Campanha Nacional de Educação Rural. Promovida pelo Ministério através do Departamento Nacional de Educação, a Campanha deveria levar a educação de base ao meio rural brasileiro, mediante a criação de missões rurais”[...]. O regulamento da Campanha definia essa educação geral de base como o mínimo de educação geral que tem por objetivo ajudar as crianças, adolescentes e adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma ideia exata de seus deveres e direitos individuais e cívicos e a participarem eficazmente do processo econômico e social da comunidade a que pertencem. OLIVEIRA 1997 apud BEISSIEGEL, 1997,p.216,217).

Consequentemente, temos na década de 1960 sob o governo de João Goulart diversas campanhas que visavam o ensino da leitura e da escrita, entre elas podemos destacar o Movimento de Cultura Popular (MCP) oriundo do Recife, a Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler do Rio Grande do Norte, o Movimento de Educação de Base criado pela Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil com o aval do governo. E foi nesta conjuntura que surgiu o método do educador Paulo Freire, Faria comenta que:

O Método Paulo Freire, como ficou conhecido, fora formulado a partir das experiências do educador pernambucano Paulo Reglus Neves Freire (1921-1992). Freire se destacou inicialmente por seus projetos na educação. [...]O Método Paulo Freire era calcado na alfabetização através da vivência do educando, dessa forma, aprender a ler com as “palavras geradoras”, possuía nexos para os alfabetizandos, e, por isso, era mais rápido e consciente. Palavras como: casa, tijolo e trabalho possuíam mais significância na vida daqueles alunos-trabalhadores do que “Ivo viu a uva” das cartilhas empregadas anteriormente. Além disso, o Método não visava só alfabetização. O objetivo era resignificar a educação de jovens e adultos, respeitando a sua cultura e história. (FARIA, 2012, p.4)

Assim, Freire na década de 1960 conseguiu a proeza ao ensinar 300(trezentos) alunos a ler e escrever em 45 (quarenta e cinco) dias. O projeto educacional de Freire estava relacionado ao nacionalismo desenvolvimentista do governo de João Goulart, ou seja, visava desenvolvimento nacional e a erradicação do analfabetismo no Brasil. Paulo Freire, trouxe uma nova perspectiva para a educação a qual engloba a libertação do homem da opressão através de uma educação libertadora, esta educação abrange aspectos peculiares como o respeito às diferenças culturais e regionais, além de enfatizar a prática do ensino através da reflexão crítica sobre a realidade social dos alunos. Em seu livro *Pedagogia da Autonomia* ensina que “o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” (FREIRE, 1996, p.39.). Assim, através de uma reflexão crítica o sujeito pode se libertar e os professores atingirem o objetivo de uma educação libertadora.

Para Paulo Freire era notável a presença de uma educação bancária em que o aluno apenas é um recipiente vazio que recebe as informações sem pensá-las criticamente. O pesquisador da Universidade Pontifícia do Paraná, Luciano Lempek Linhares comenta que:

Para Freire, a libertação do homem oprimido, tão necessária a si e ao opressor, será possível mediante uma nova concepção de educação: a educação libertadora, aquela que vai remar na contramão da dominação. Freire propõe abandonar a educação bancária, a qual transforma os homens em “vasilhas”, em “recipientes” a serem “preenchidos” pelos que julgam educar, pois acredita que essa educação defende os interesses do opressor, que

trata os homens como seres vazios, desfigurados, dependentes. Ao invés disso, buscou defender uma educação dos homens por meio da conscientização, da desalienação e da problematização. (LINHARES, 2008,p.2).

Dessa forma, Freire desempenhou papel fundamental na educação de jovens e adultos, apresentou um outro caminho para a educação e a prática de ensinar. Este educador contribuiu para minimizar as disparidades sociais no tocante a alfabetização e aprendizado, o próprio Freire acreditava “que ensinar não é apenas transferir conhecimento [...] mas também precisa de ser constantemente testemunhado, vivido”. (FREIRE, 1996, p.47).

Pondo fim ao Movimento de Cultura Popular (MCP), a criação em 1967 do Movimento Brasileiros de Alfabetização, mais conhecido como MOBRAL abre um novo cenário condizente com a ditadura militar. Assim, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi um projeto do governo militar brasileiro e tinha como objetivo alfabetização funcional de jovens e adultos. De início, o MOBRAL dedicou-se a sua formação e junto com órgãos públicos e privados desenvolveu atividades de alfabetização e também abrangeu programas relacionados a saúde e civismo. Além, dessas características, o MOBRAL tinha como alvo a erradicação do analfabetismo em 10 (dez anos), buscava-se, por conseguinte, atenuar os conflitos sociais. Nesse sentido, Beisiegel diz:

Desde sua criação, em 1967, até meados de 1969, o MOBRAL, vinculado ao Departamento Nacional de Educação, dedicou-se prioritariamente a sua própria estruturação. Atuando indiretamente, mediante convênios com entidades públicas e privadas, promoveu atividades de alfabetização e programas articulados nos campos de saúde, recreação, civismo, etc.[...]. A Presidência do órgão previa a plena extinção do analfabetismo do País num prazo máximo de 10 anos, através do MOBRAL, ao mesmo tempo em que inegavelmente contribuía para a continuidade do processo de democratização das oportunidades educacionais, buscava atender às suas funções de suavização dos conflitos entre as classes sociais [...]. (OLIVEIRA 1997 apud BEISSIEGEL, 1997.p.233, 235).

Dessa forma, devemos ressaltar que a década de 1960 teve como destaque movimentos voltados para a educação popular no Brasil. Neste período, a política conta com o comando do presidente João Goulart que assumiu a presidência a partir da renúncia do presidente Jânio Quadros. Com um número elevado de analfabetos, o Brasil tinha o desafio de sanar esta lacuna e proporcionar uma educação escolar

para todos. O desafio era grande e é neste cenário que temos a importância da alfabetização de jovens e adultos.

Já a Constituição Federal de 1988, trouxe algo notável no que diz respeito a universalização do ensino. No artigo 208 garantiu-se o ensino fundamental obrigatório e gratuito àqueles que não puderam estudar na idade adequada para idade e também se garantiu que os recursos a qual se refere o artigo 212 fosse direcionado a eliminação do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental. Essas disposições acabaram por instituir a obrigatoriedade do ensino fundamental gratuito a jovens, adultos e crianças, responsabilizando as autoridades que não cumprissem tal determinação constitucional. Nesse mesmo pensamento (OLIVEIRA 1997 apud BEISSIEGEL, 1997.p.238), enfatiza que a partir da Constituição Federal de 1988 “se estendeu a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito aos que a ele não tiveram acesso na idade própria. Assim, em conjunto, esses dispositivos instituíram a obrigatoriedade da oferta de ensino fundamental gratuitos a crianças, jovens e adultos.

Nota-se, dessa forma, um grande esforço para escolarização e alfabetização da população, buscando-se alijar os conflitos sociais por ela gerados. Existiram diversas campanhas para educação de jovens e adultos, contudo apontamos algumas de maior realce para entendermos como se deram as políticas nacionais voltadas para erradicar o analfabetismo e estender a escolarização para aqueles que ainda não tinham uma educação de base.

Capítulo V

EJA- Ensino de Jovens e Adultos e as necessidades do mercado de trabalho: os interesses neoliberais e a educação para jovens e adultos no contexto do capitalismo

A educação de jovens e adultos tem um significado muito importante para o país no tocante a erradicação do analfabetismo e da expansão do ensino. É interessante enfatizar que a criação de um currículo voltado para uma determinada camada da população que diante de algumas circunstâncias não conseguirão terminar seus estudos no tempo considerado ideal, foi e ainda é uma meta de interesse político. Assim, a EJA (Educação de Jovens e Adultos) está tanto ligada a interesses políticos quanto as necessidades do mercado de trabalho.

Á vista disso, é pertinente mencionarmos que a educação de jovens e adultos tem como intento proporcionar não apenas o aprendizado da leitura e escrita, antes enfatiza a necessidade da formação completa do indivíduo. O próprio Paulo Freire que foi pioneiro nesta modalidade de educação tinha como objetivo uma educação que iria além e abarcaria um aprendizado a partir do próprio sujeito e de sua relação com seu ambiente de vivencia. Romanzini destaca que:

Paulo Freire é considerado o precursor de um ensino efetivamente consistente para jovens e adultos. Trabalhou com a proposta de instrumentalizar o adulto a partir dele próprio, ou seja, um sujeito que, através da educação aprendida a partir do próprio ambiente e condições de vida, estaria apto a uma percepção crítica da realidade e a conseqüente transformação social. (ROMANZINI, 2011,p.3)

Apesar da proposta libertadora e social de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos, existe um distanciamento desta forma de conceber a educação pelo fato de um número significativo de estudantes estarem voltando aos bancos escolares com o objetivo de se adequarem as exigências do mercado de trabalho. Desta maneira, é cada vez mais visível que o mercado de trabalho, que é marcado pela forte competição, passa a solicitar um grau cada vez maior de escolaridade para contratar seus funcionários. Romanzini entende que “atualmente, no entanto, é notório que o público adulto está inserido ou tentando se inserir no processo profissional. Noutras palavras, tentando garantir o emprego ou

buscando alguma forma de trabalho que possibilite antes de tudo, a própria sobrevivência”. (ROMANZINI, 2010,p.3).

Esta preocupação dos estudantes de suprirem as necessidades do mercado econômico, baseia-se nas tendências impostas pelo neoliberalismo que priorizam a produtividade e a adequação dos trabalhadores ao sistema econômico. Os estudantes da Educação de Jovens e Adultos são em sua maioria constituída de trabalhadores que vendem sua força de trabalho como mão de obra mais barata e necessária para o capitalismo. Dessa forma, a formação educacional se orienta e estrutura submissa a estes valores em que:

A grande problemática em relação à educação como um todo, e, sobretudo em seus efeitos na educação de jovens e adultos (teoricamente, o público alvo de um mercado de trabalho precarizado, mas necessário ao capitalismo), é quando os organismos que compõem o aparato ideológico relativo à educação, extinção da fome, preocupações ambientais, etc., são organismos que se revestem de uma dimensão social e política, mas cujo fundo é *econômico*, e essencialmente orientado pelos princípios neoliberais. (ROMANZINI, 2010,p.7).

Nesse sentido, as políticas neoliberais determinam a ordem e as metas das políticas governamentais e, por conseguinte, estabelecem as diretrizes que os governos devem aplicar à educação para suprir o mercado de trabalho com indivíduos moldados para tais fins. Os estudantes da EJA ficam, portanto, submetidos a tais característica do mercado capitalista, fazendo com que muitos voltem para a escola apenas com o intuito de sanar a lacuna existente entre seus conhecimentos e habilidades e o que o mercado determina como necessário. Há, neste cenário, uma “corrida” para obter uma certificação que garanta a vaga no mercado de trabalho.

Assim, fica muito aquém o desejo de que a educação de jovens e adultos possibilite uma preparação do sujeito para vida e não apenas para o trabalho, Haddad comenta que:

Não se implantou nacionalmente uma política para EJA, nem se concretizou, como decorrência da conquista desse direito, um sistema nacional articulado de atendimento que permita que todos os cidadãos e cidadãs acima de 14 anos possam, pela escolarização, enfrentar os desafios de uma sociedade como a brasileira. (HADDAD, 2007, p.197)

Todavia, devemos lembrar que apesar da educação de jovens e adultos suprir as demandas do mercado, ela contribuiu significativamente para a diminuição do

analfabetismo no Brasil o que significa um progresso em termos da população que saiu da faixa do analfabetismo e pôde desfrutar do direito a educação, conseguindo-se diminuir as disparidades, Sérgio Haddad pontua que “a expansão de oportunidades educacionais observada no Brasil na segunda metade do século XX propiciou uma significativa elevação dos patamares de escolaridade da população”. (HADDAD,2000,p.30).

O fato da educação para jovens e adultos ser aparato para políticas neoliberais, faz com que órgãos que foram criados para a fomentação do setor educacional como a UNICEF (Fundação das Nações Unidas para a Infância), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação), PNDU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), estejam atrelados a grandes corporações capitalistas e, desta forma, estabelecem políticas sociais e educacionais sob os auspícios do sistema econômico. Vale ressaltar que Romanzini enfatiza que:

Os organismos que compõem o aparato ideológico relativo à educação, extinção da fome, preocupações ambientais, etc., são organismos que se revestem de uma dimensão social e política, mas cujo fundo é *econômico*, e essencialmente orientado pelos princípios neoliberais. O fundo é econômico porque quem financia é o Banco Mundial, coordenador entre outras políticas globais, dos rumos da educação mundial através dos financiamentos e programas “sugeridos” para os mais diversos países, com ênfase nos países participantes da ONU. O Banco Mundial por sua vez, segue as diretrizes do grupo G8 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia). (ROMANZINI, 2010, p.7).

Com tais características, a educação voltada para o público de jovens e adultos acaba por se transformar em “engrenagem” para o sistema capitalista o qual, por sua vez, necessita de mão de obra capacitada e barata. Nesse ínterim, o mundo globalizado e de alta tecnologia precisa que os países adequem os indivíduos para se adaptarem as estruturas neoliberais e fomentarem o capital e faz com que uma grande massa populacional decida buscar uma melhor qualificação. Paiva pontua que:

Um número muito elevado de pessoas que já se encontram no mercado de trabalho com precária qualificação nele permanecerá (ou buscará trabalho) por várias décadas; essas pessoas se verão expostas à demanda por crescente eficiência e contínua adaptação. A desregulação do mercado de trabalho, característica do final do milênio, impõe a muitos a necessidade de atuar automaticamente, identificando ou gerando oportunidades de trabalho e inserção, o que supõe não apenas letramento, mas capacidade geral e específica e

preparação subjetiva para perceber oportunidades e utiliza-las. (PAIVA, 2003, p.426).

Na citação acima, Paiva nos abre o horizonte demonstrando uma peculiaridade da educação voltada para os jovens e adultos, esta envolve o fato de que não é apenas o letramento o responsável pela sua procura, mas há algo intrínseco que é a adequação ao sistema que cobra não apenas que o indivíduo saiba ler e escrever, antes existe uma preocupação com a aquisição da capacidade de saber relacionar as coisas e utilizar as oportunidades a seu favor. É lógico que este perceber a realidade está envolto de uma nova perspectiva do século XXI a qual se refere a afirmação de uma era tecnológica e informacional, fazendo com que muitos trabalhadores não procurem apenas terminar seus estudos, mas priorizem também o aprendizado de uma nova profissão por intermédio de cursos rápidos e técnicos.

Dessa forma, a forma de aquisição de novos níveis e estudo por parte deste tipo especial de educação aponta para uma nova preocupação que não se fecha apenas na aquisição de um saber restrito a ler e escrever, antes busca-se cada vez mais equiparar-se as demandas do sistema de mercado que dita as regras e formas para os trabalhadores. Paiva aponta sobre a tendência da educação na América-latina o seguinte:

Muito tem se dito na América Latina a respeito da centralidade da educação no interior de um paradigma produtivo no qual o ponto forte da acumulação de riqueza e capital se apóia sobre a acelerada inovação tecnológica com base na microeletrônica. O discurso mais amplo no qual esse lugar central é destinado à educação, também apontado como uma forma de contextualização do neoliberalismo no continente, configura-se como uma tradução de tendências detectadas em nível mundial, recomendando-se aos países da região a adoção de políticas educacionais compatíveis. (PAIVA, 2003, p.424).

Portanto, denota-se que o capitalismo neoliberal é um grande mestre que direciona suas políticas e interesses em diversos setores e, principalmente, no campo educacional, formando os indivíduos para interesses pontuais que atingem a Eja (Educação de Jovens e Adultos) e todo um conjunto decisões que são tomadas e aplicadas.

Considerações Finais

Os ideais do Liberalismo Clássico e do Neoliberalismo os quais pregam a liberdade econômica e a mercantilização, foram de grande importância e tiveram grande ápice no século XX e XXI. Nesse sentido, autores neoliberais como Milton Friedman, Leopoldo von Wiese, Friedrich Hayek estabeleceram princípios como a redução do poder do Estado, a fomentação do capital e as privatizações.

Toda esta conjuntura influenciou as políticas adotadas pelos governos no tocante a educação escolar. Assim, a concepção neoliberal que defende a diminuição das funções do governo em relação as questões que envolvem a educação são defendidas por muitos e impacta nas questões como a formação do currículo escolar e a defesa da diminuição dos custos com a educação.

Vemos, portanto, que há um entrelaçamento das metas capitalistas e a forma como é feita a organização escolar. Nesse sentido, a mercantilização do ensino ganha destaque e faz com que ideais neoliberais como competitividade e cumprimento de metas sejam trazidos para o meio escolar. Sendo, portanto, a escolarização transformada em produto e competição entre as escolas, o indivíduo que pode pagar mais terá acesso a uma educação de elite e aqueles que não dispõem dos mesmos recursos financeiros ficam em desvantagem na competição do mercado de trabalho.

Neste contexto de forte diminuição do papel do governo e de mercantilização do ensino, a educação sofre uma grande influência das metas impostas pelos neoliberais. O ensino, dessa forma, fica condicionado a suas necessidades fazendo com que haja uma grande disparidade social nas políticas educacionais. Grandes organismos, como o Banco Mundial, ditam as regras e os novos modelos a serem seguidos pelos países e estabelecem como devem ser feitas as políticas educacionais, demonstrando o grande impacto que causam no âmbito social.

Também é importante pontuar que a Educação de Jovens e Adultos cumpre um papel fundamental no sistema capitalista. Muitos jovens e adultos voltam para a escola para se moldarem as exigências do mercado de trabalho, isto faz com que a EJA tenha importância para as tendências impostas pelo neoliberalismo que priorizam a produtividade e a adequação dos trabalhadores ao sistema econômico.

Assim, a aquisição do conhecimento e a volta para a escola está impregnada de necessidades que apontam para uma adequação as tendências do capitalismo neoliberal, fazendo com que os governos fiquem sujeitos as decisões tomadas por economistas que adotam tais princípios neoliberais.

Referências Bibliográficas

- FARIA, Nathalia Rodrigues, **O Governo João Goulart e os Movimentos de Educação e Cultura Popular: Conscientização e Independência Política Internacional**. Anais do XV encontro regional de história da ANPUH-RIO. Rio de Janeiro, julho de 2012. [pp 1-9].
- FERREIRA, Lílíana Soares; BONETI, Lindomar Wessler; organizadores. **Educação & Cidadania**- 2º ed.-Ijuí: Rio Grande do Sul: Unijuí, 1999.p 143.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**- São Paulo: Paz e Terra, 1996.p 146.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**- São Paulo: Cortez, 2003.p 207.
- FRIEDMAN Milton. **Capitalismo e liberdade**; tradução: Afonso Celso da Cunha Serra- 1º ed.- Rio de Janeiro: LCT,2014. p.208;
- GENTILI Pablo A.A; SILVA, Tomas Tadeu da. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas**-Rio de Janeiro: Petrópolis: editora Vozes, 1994.p 202.
- HADDAD, Sérgio. **A ação de governos locais na educação de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, maio 2007, [pp- 1-15].
- HADDADE, Sérgio. **Aprendizagem de Jovens e Adultos: avaliação da década da educação para todos**. São Paulo em perspectiva, São PAULO, 2000. [1-40].
- HARVEY David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**; tradução: João Alexandre Peschanski.- São Paulo: Boitempo, 2011.p 235.
- HARVEY David. **O Neoliberalismo: história e implicações**; tradução: Adail Sobral/Maria Stela Gonçalves- São Paulo: Edição Loyola, 2008.p 256.
- HAYEK Friedrich August von. **O caminho da servidão**; tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. — 5. ed. — Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.p 256;
- LINHARES, Luciano Lempek. **Paulo Freire: por uma educação libertadora e humanista**. Paraná: PUCPR, janeiro de 2008. [pp 1-14].

LOOK, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**, tradução: Alex Marins –São Paulo: Martin Claret, 2002.p 158;

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANE, Dermerval; SANFELICE, José Luis; organizadores. **Capitalismo, Trabalho e Educação-3 ed°**- Campinas, São Paulo: Editora Autores Sociados, 2005.p 163.

MORAIS, Reginaldo C. Correa de. **Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa**. Primeira Versão n. 73. Campinas: IFCH-Unicamp, março de 1997. [Item 1, pp. 01-15].

OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Org.). **Gestão e Democrática da Educação: desafios contemporâneos** - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.p 281;

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6° ed- São Paulo: Edições Loyola, 2003.p 527;

ROMANZINI, Beatriz. **EJA – Ensino de Jovens e Adultos e o mercado de trabalho. Qual ensino? Qual trabalho?** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, novembro de 2010. [pp.1-23]

ROURKE, Patrick.Jake. O`. **A riqueza das nações de Adam Smith: uma biografia**; tradução: Roberto Franco Valente – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.p263;

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempo de Neoliberalismo**; tradução: Cláudia Schilling.- Porto Alegre: Artmed, 2003.p 255.

SMITH, Adam. **A mão invisível**; tradução: Paulo Geiser.-1° ed- São Paulo: Companhia das Letras,2013.p 120;

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações – Uma Investigação Sobre a Natureza**. Madras, 2009.p 752.

WEFFORT, Francisco C.organizador. **Os clássicos da política**.- 14.ed.-São Paulo: Ática, 2006.p 286;

